

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-06-12

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Álvarez-Pérez, P., Pena, M., Ferreira, J., Bruce, A. & Graham, I. (2023). Coexistência universitária. In R. Díaz-Jiménez., Pixel (Ed.), Manual digital para a vida independente de estudantes com deficiência intelectual. (pp. 39-50). Sevilha: Universidad Pablo de Olavide.

Further information on publisher's website:

https://ihes.pixel-online.org/PR2_DigitalHandbook.php

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Álvarez-Pérez, P., Pena, M., Ferreira, J., Bruce, A. & Graham, I. (2023). Coexistência universitária. In R. Díaz-Jiménez., Pixel (Ed.), Manual digital para a vida independente de estudantes com deficiência intelectual. (pp. 39-50). Sevilha: Universidad Pablo de Olavide.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Módulo 5: Coexistência universitária

Pablo Álvarez-Pérez (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa), Maria João Pena (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa), Jorge Ferreira (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa), Alan Bruce (ULS), Imelda Graham (ULS)

Resumo

As pessoas com Diversidade Funcional Intelectual (DIF) são uma minoria nos contextos universitários. Se quisermos aprofundar uma universidade inclusiva, não nos podemos limitar aos espaços formais de aprendizagem na sala de aula. A universidade é muito mais do que isso. É um espaço relacional, um espaço de socialização, de desenvolvimento pessoal, onde se partilham os tempos livres, as relações sociais, o lazer, o desenvolvimento cultural, o desporto e até a convivência, se houver uma residência estudantil no campus. Por esta razão, este módulo deve desenvolver conteúdos que descrevam que tipo de convivência é necessária para que uma universidade seja amigável (inclusiva, democrática, pacífica, acessível e igualitária) e em que espaços essa convivência deve ter lugar para que a universidade seja amigável (culturais, desportivos, educativos, nutricionais, residenciais). É essencial que se criem sinergias entre todos os actores da comunidade universitária (pessoal administrativo e de serviços, pessoal docente e estudantes), que seja uma oportunidade de crescimento em termos de empowerment, autoestima e auto-confiança, e que sirva para desenvolver competências académicas, autonomia pessoal, aumentar capacidades, trocar conhecimentos e servir de trampolim para uma vida autónoma e independente.

Categorias

Espaços culturais, desportivos, recreativos e de lazer; representação estudantil

Introdução

Numa abordagem holística da educação, é sempre importante recordar e reconhecer a importância dos contextos em que a educação tem lugar. A consciencialização e a discussão dos contextos envolvem muitas dimensões. A importância do ambiente físico e dos espaços é obviamente essencial. Os espaços físicos fornecem provas concretas da conceção inclusiva, da acessibilidade e da adaptabilidade às necessidades identificadas. A centralidade do design universal é evidente aqui. Temos também de reconhecer e incluir todos os factores que moldam e condicionam o desenvolvimento das competências pessoais, sociais e comunicativas dos alunos. Este ambiente social pode facilitar ou dificultar a participação e a integração nas actividades de estudo e de aprendizagem. Outras dimensões, como a dimensão económica, são igualmente importantes. Os alunos com deficiência intelectual podem não ter tido uma longa experiência de gestão financeira autónoma ou acesso a finanças pessoais adequadas. Este facto pode levar a discrepâncias gritantes em relação aos alunos do ensino regular. Do mesmo modo, a ênfase na experiência profissional ou no historial de emprego pode servir para isolar ou marginalizar o envolvimento participativo.

Estas questões sublinham a importância das relações que os estudantes com deficiência intelectual mantêm com as outras pessoas com quem estudam, interagem e vivem no meio

universitário (incluindo outros estudantes, professores, profissionais de apoio, administradores, gestores). A identificação desta rede de relações, tanto formais como informais, fornece informações valiosas sobre a coesão do ambiente social real em que os indivíduos se desenvolvem. A análise contextual também ajuda a identificar fragilidades que não são específicas das pessoas com deficiência. Acima de tudo, estas perspectivas permitem-nos propor estratégias para reforçar os apoios valorizados entre os diferentes membros da comunidade universitária em diferentes ambientes identificados.

De facto, é da responsabilidade de todos os intervenientes no sistema educativo compreender e defender condições e recursos que facilitem um ambiente social que promova uma inclusão significativa. Essa consciencialização decorre das políticas universitárias e da legislação relevante, como demonstrado nos Estados Unidos pelo profundo impacto da ADA - Americans with Disabilities Act (1990). Neste contexto, a interação com todos os estudantes universitários e com a comunidade académica em geral torna-se um elemento central na aprendizagem profissional e relacional e no desenvolvimento pessoal dos estudantes com deficiência intelectual. Essa interação e o envolvimento na partilha de papéis promovem um novo sentido de funcionamento social derivado da inclusão e de uma maior clareza de papéis. Os estudantes com deficiência intelectual partilham não só os objectivos educativos, mas também os encontros com os outros com base na identidade partilhada e na ação social participativa.

Todos os espaços e situações podem e devem contribuir para o desenvolvimento de actividades, conhecimentos e competências partilhados entre os estudantes e no seio de uma comunidade estudantil mais ampla e inclusiva. As oportunidades não se limitam às salas de aula partilhadas ou às salas de conferência. As oportunidades de integração social podem surgir espontaneamente a nível individual ou em grupos de apoio mútuo abertos a toda a comunidade estudantil. Podem ser promovidas através de programas educativos, de várias formas de associação de estudantes e da participação na organização da vida no campus. Os estudantes podem desejar desenvolver iniciativas de tutoria ou de apoio. Um resultado importante do ensino pós-secundário nos Estados Unidos foi o desenvolvimento do "buddy system", um método de amizade individual e de apoio pessoal. Em Espanha, por exemplo, são previstos apoios que vão até aos estágios e ligações directas (alínea i) do artigo 46.º, Direitos e deveres dos estudantes, da Lei Orgânica 6/2001, de 21 de dezembro).

Os créditos e prémios sociais e académicos podem ser desenvolvidos e alargados para incluir a participação em actividades culturais, desportivas, de representação estudantil, de solidariedade e de cooperação na universidade. No entanto, estas iniciativas de trabalho inclusivo e de integração não são apenas da responsabilidade do corpo estudantil. A formação e a experiência no trabalho e no apoio às pessoas com deficiência intelectual constituem a base para o desenvolvimento do apoio à sua inclusão no ensino superior. O reconhecimento das necessidades, capacidades, aspirações e direitos das pessoas com deficiência intelectual exige uma reorientação fundamental das políticas e dos procedimentos e práticas administrativas, de modo a garantir que as políticas universitárias salientem explicitamente as competências do pessoal em matéria de igualdade, conceção inclusiva, acesso e diversidade como norma. Estas normas devem ser integradas nas políticas de planeamento estratégico, formação e desenvolvimento da universidade. O recrutamento, a seleção e a indução de todo o futuro pessoal docente e de apoio devem refletir este aspeto.

O desenvolvimento da rede de apoio aos alunos com deficiência intelectual de que falámos é um processo contínuo de construção ao longo do tempo. Na sua dinâmica, é necessário ter em conta a identificação, abordagem e avaliação de momentos críticos, como os que ocorrem na realização de determinados procedimentos burocráticos (por exemplo, a matrícula), a adaptação nos primeiros dias de aulas (por exemplo, a localização de espaços funcionais no campus) e a resolução de problemas específicos (por exemplo, a recuperação de conteúdos em caso de ausência ou incompreensão). Poderíamos também considerar a identificação de referências estáveis (estudantes, pessoal docente e pessoal administrativo e de serviços) ou o desenvolvimento de actividades de acolhimento inclusivas como boas práticas para melhorar a participação das pessoas com deficiência no ambiente universitário e mesmo para prevenir eventuais problemas posteriores.

Por último, importa referir que cada universidade ou instituição de ensino superior, enquanto organização aberta à educação para todos, tem algum tipo de departamento ou área que presta serviços a estudantes com diversidade funcional. Não são necessariamente unidades com um funcionamento, âmbito e funções uniformes, mas são uma referência e um ponto de partida para compreender os apoios específicos que cada universidade pode oferecer. As universidades devem esforçar-se sempre por promover os apoios que prestam para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e também de outros tipos de deficiência e diversidade. A análise dos apoios nos diferentes espaços da universidade é considerada neste módulo da seguinte forma: espaços culturais, espaços desportivos, espaços educativos, espaços residenciais, espaços de lazer, espaços de alimentação (como cantinas) e espaços de participação e representação estudantil. Cada uma destas áreas deve considerar diferentes indicadores, como o género, a acessibilidade, o desenho universal, a equidade e a justiça (em termos de perspectivas de direitos humanos).

Espaços culturais

Diversificar as relações

Os espaços culturais nas instituições de ensino superior desempenham um papel multifacetado como centros de expressão intelectual, expressão artística e ligação interpessoal. Para os estudantes com deficiência intelectual e de desenvolvimento, estes espaços não devem permanecer isolados, mas prosperar como centros dinâmicos concebidos para promover a interação e a colaboração com a comunidade universitária em geral. Na prossecução de um ensino superior inclusivo, é essencial quebrar proactivamente as barreiras que podem inibir essas interações. Uma abordagem eficaz para diversificar as relações nos espaços culturais é a implementação de programas de tutoria entre pares. Estes programas juntam estudantes com deficiência intelectual aos seus pares neurotípicos, promovendo a aprendizagem e a compreensão mútuas. Uma revisão sistemática efectuada por Woodgate et al. (2020) salienta os importantes benefícios do apoio dos pares na promoção de relações inclusivas nos espaços culturais infantis. Ao estabelecer ligações entre estudantes de diferentes origens e capacidades, as universidades não só enriquecem os seus espaços culturais, como também promovem um ambiente mais inclusivo.

Estes programas de tutoria entre pares reúnem os estudantes num ambiente de apoio que os

incentiva a partilhar experiências, a aprender uns com os outros e a desenvolver empatia. Isto promove um ambiente inclusivo em que os estudantes com deficiência intelectual são vistos como contribuintes valiosos para o tecido académico e social da universidade. Através da tutoria entre pares, os estudantes com DDI não só recebem apoio académico, como também os seus pares neurotípicos se tornam mais conscientes dos desafios que enfrentam e desenvolvem uma apreciação mais profunda da diversidade.

Além disso, a organização de workshops e eventos culturais abertos a todos os estudantes pode criar oportunidades valiosas de participação. Estes eventos devem não só reconhecer a diversidade, mas também celebrá-la, proporcionando uma plataforma para os estudantes mostrarem as suas perspectivas e talentos únicos. Ao promover ativamente o intercâmbio intercultural e de competências, as universidades podem criar um ambiente cultural verdadeiramente inclusivo e que reflecta a comunidade em geral. Estes eventos podem incluir uma vasta gama de actividades, desde festivais culturais e exposições de arte a palestras e espectáculos. Devem ser concebidos para incentivar a interação, a cooperação e o diálogo entre estudantes de todas as capacidades e origens. Ao participarem em tais eventos, os estudantes podem quebrar estereótipos, dissipar ideias erradas e estabelecer laços duradouros que transcendem as fronteiras do espaço cultural.

Ao desenvolver estas ideias, podemos aumentar a diversidade nos espaços culturais:

1. Colaboração interdisciplinar: Incentivar os estudantes de diferentes faculdades e cursos, incluindo os que estudam artes, humanidades, ciências e ciências sociais, a colaborar em projectos no âmbito de espaços culturais. Esta abordagem interdisciplinar não só promove a diversidade, mas também a aprendizagem e o envolvimento interdisciplinares (Smith et al., 2022).

Ao quebrar as fronteiras disciplinares, os estudantes são expostos a diferentes formas de pensar e de resolver problemas, conduzindo a soluções mais inovadoras e inclusivas. Estes projectos de colaboração não só enriquecem os espaços culturais, como também preparam os estudantes para um mundo diversificado e interligado para além da universidade.

2. Formação em sensibilidade cultural: Implementar formação em sensibilidade cultural e empatia para todos os alunos, a fim de os ajudar a compreender e apreciar melhor as perspectivas dos seus pares com DDI. Estes seminários podem ter lugar em espaços culturais e melhorar as interações sociais (Galkienė & Monkevičienė, 2021).

A formação em sensibilidade cultural equipa os alunos com as ferramentas necessárias para funcionarem eficazmente em interações diversas. Fomenta a auto-consciência, a empatia e a escuta ativa, promovendo um ambiente inclusivo em que todos os alunos se sentem valorizados e respeitados. Esta formação não só beneficia os alunos com deficiência intelectual, mas também contribui para o crescimento pessoal de todos os participantes, melhorando a sua capacidade de interagir de forma inclusiva em contextos diversos.

3. Iniciativas de inclusão lideradas por estudantes: Capacitar os grupos de estudantes para assumirem a liderança na organização de eventos que celebrem culturas e capacidades diversas. Estas iniciativas podem incluir feiras culturais, exposições de arte e espectáculos que mostrem os talentos dos estudantes com DDI e criem oportunidades para interações significativas (Ford et al., 2021).

Quando são os próprios estudantes a tomar a iniciativa de promover a inclusão, o impacto é muitas vezes mais profundo. As iniciativas lideradas pelos estudantes demonstram o empenhamento de toda a comunidade universitária na promoção da diversidade e da inclusão nos espaços culturais. Dão aos estudantes a possibilidade de se tornarem defensores da mudança, ajudando a criar um ambiente em que todos podem prosperar e contribuir com os seus pontos fortes únicos.

Ao adoptarem estas estratégias, as instituições de ensino superior podem promover uma cultura de inclusão nos seus espaços culturais, permitindo que os estudantes com deficiência intelectual prosperem e contribuam de forma significativa para a comunidade universitária. É através destas relações diversificadas que as universidades podem exemplificar verdadeiramente os valores da inclusão, diversidade e colaboração na sua busca de excelência no ensino superior. Através de uma abordagem holística que inclui tutoria entre pares, colaboração interdisciplinar, formação em sensibilidade cultural e iniciativas de inclusão lideradas por estudantes, as universidades podem garantir que os seus espaços culturais são não só fisicamente acessíveis, mas também emocional e intelectualmente inclusivos para todos os estudantes. Desta forma, criam um ambiente de aprendizagem mais rico e dinâmico que prepara os estudantes para um mundo cada vez mais diversificado e interligado.

Em conclusão, os espaços culturais nas universidades devem ser celebrados como locais de crescimento intelectual, expressão artística e ligação significativa. Para os estudantes com deficiência intelectual, estes espaços devem ser mais do que acessíveis; devem ser ativamente inclusivos. Através de estratégias intencionais, como a orientação por pares, a colaboração interdisciplinar, a formação em sensibilidade cultural e as iniciativas lideradas por estudantes, as universidades podem transformar os seus espaços culturais em centros dinâmicos de diversidade e inclusão. Esta transformação beneficia não só os estudantes com deficiência intelectual, mas toda a comunidade universitária, promovendo uma cultura de compreensão, respeito e colaboração que se estende muito para além da sala de aula.

Espaços desportivos

Na procura de ambientes inclusivos no ensino superior, as universidades devem prestar especial atenção às actividades desportivas. Estas áreas desempenham um papel fundamental na promoção da diversidade e no fomento das relações nos espaços culturais. Para garantir a inclusão de estudantes com deficiências e diferenças funcionais (IFD), é essencial ir além da mera acessibilidade física. Esta secção explora a abordagem multifacetada que as universidades podem adotar para tornar os espaços desportivos verdadeiramente inclusivos.

Acessibilidade nas instalações desportivas

Embora a acessibilidade arquitetónica seja um requisito fundamental, é apenas o primeiro passo na criação de um ambiente desportivo inclusivo. As universidades devem fornecer não só rampas de acesso e elevadores, mas também equipamento de adaptação para acomodar os estudantes com dificuldades de mobilidade. Para além destas adaptações físicas, as instituições devem facilitar o transporte para eventos desportivos fora do campus, a fim de garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de participar em actividades desportivas.

Além disso, um aspeto importante da inclusão no desporto é a oferta de uma vasta gama de cursos de educação física adaptada para estudantes com diferentes capacidades. Estes cursos

podem ser adaptados às necessidades individuais e promover a inclusão no desporto. Ao implementar estas medidas, as universidades não só cumprem os requisitos legais da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD), como também promovem uma cultura de inclusão nos seus ambientes de educação física (Nações Unidas, 2006).

Abordagens inovadoras da inclusão

Para diversificar ainda mais as relações nos espaços culturais, as universidades podem explorar abordagens inovadoras para a inclusão nos espaços desportivos:

1. Programas virtuais de desporto e fitness: Desenvolver programas virtuais de desporto e fitness concebidos especificamente para estudantes com DDI. Estes programas podem incluir exercícios guiados, sessões de ioga ou competições de desportos electrónicos. Ao oferecer alternativas virtuais, as universidades garantem que os estudantes com diferentes capacidades físicas têm acesso a actividades recreativas (Labbé et al. 2023).
2. Instalações desportivas acessíveis: Para além de cumprirem as normas básicas de acessibilidade arquitetónica, as universidades devem investir em equipamento e instalações desportivas especializadas e adaptadas. Isto inclui a disponibilização de assentos adaptados, piscinas acessíveis com elevadores e equipamento de ginástica inclusivo concebido para facilitar uma gama mais vasta de actividades (UNESCO, 2021).
3. Sistema de amigos: A implementação de um sistema de amigos nas instalações desportivas pode ser muito eficaz. Neste sistema, os estudantes com DDI podem ser emparelhados com colegas que os podem apoiar e participar em actividades em conjunto. Isto não só aumenta a inclusão, mas também constrói fortes relações entre pares e enriquece a experiência geral de viver juntos na universidade (Lesk & Montaldo, 2019).

Conclusão

A inclusão de estudantes com DI no desporto não é apenas uma questão de conformidade legal, mas um passo crucial na criação de um ambiente de ensino superior verdadeiramente diversificado e inclusivo. Indo além da acessibilidade física e adoptando abordagens inovadoras, as universidades podem promover relações nos espaços culturais que enriquecem a vida de todos os estudantes. É através de tais práticas inclusivas que as universidades podem verdadeiramente encarnar os princípios da diversidade e da convivialidade.

Espaços educativos

Ambientes acolhedores

Na procura de um sistema de ensino superior inclusivo, é importante reconhecer que os espaços educativos vão muito para além dos limites das salas de aula tradicionais. Estes espaços incluem todos os ambientes em que a aprendizagem e o crescimento intelectual têm lugar. Para os estudantes com deficiência intelectual, não basta garantir a acessibilidade física, mas o objetivo deve ser criar ambientes educativos que sejam verdadeiramente acolhedores e adaptados às suas necessidades.

Para atingir este objetivo, as universidades devem dar prioridade à formação de professores em

estratégias de ensino inclusivas e aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Os docentes devem ser encorajados a adaptar os seus métodos de ensino para se adaptarem a diferentes estilos e capacidades de aprendizagem, tornando assim a experiência educativa acessível e agradável para todos. Ao incorporar os princípios do DUA nas suas práticas pedagógicas, os professores podem criar salas de aula que não só acomodam as características únicas dos alunos com deficiência intelectual, como também as celebram.

No entanto, a inclusão em contextos educativos vai para além do aspeto físico. Envolve o cultivo de uma cultura de inclusão e aceitação no seio da comunidade universitária. Para o conseguir, o corpo docente, o pessoal e os estudantes devem estar conscientes das necessidades específicas e dos desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência intelectual. Esta consciencialização fomenta a empatia e o apoio, contribuindo, em última análise, para uma atmosfera mais inclusiva em que os alunos com DDI se sintam valorizados e parte integrante da comunidade universitária.

As Diretrizes da UNESCO sobre a Inclusão de Estudantes com Deficiência no Ensino Aberto e à Distância (2016) fornecem informações valiosas para a criação de ambientes de aprendizagem amigáveis, não só nas salas de aula tradicionais, mas também no panorama educativo mais alargado.

Estratégias concretas para promover a inclusão:

1. Programas de tutoria entre pares: A criação de programas de tutoria entre pares que liguem os estudantes com IFD aos seus pares que se destacam em disciplinas específicas pode ser um passo transformador. Esta iniciativa não só proporciona apoio académico, como também cria oportunidades de amizade e tutoria (Arqus Alliance, NA). Estas relações estendem-se para além da sala de aula e melhoram a experiência universitária global dos estudantes com IFD.
2. Materiais didáticos acessíveis: A utilização de tecnologias como leitores de ecrã, legendas e formatos alternativos pode tornar os materiais de aprendizagem inclusivos e acessíveis (UNESCO, 2016). Isto não só capacita os alunos com deficiência intelectual, mas também estabelece um precedente para a inclusão na criação de conteúdos educativos.
3. Amigas dos sentidos: A criação de salas de aula amigas dos sentidos é essencial para acomodar os alunos com sensibilidades sensoriais. Estes espaços podem incluir, entre outras coisas, iluminação regulável, opções de redução de ruído e assentos confortáveis (Nolan et al., 2023). Ao adaptar o ambiente físico para satisfazer as necessidades dos estudantes com DDI, as universidades criam um ambiente mais confortável e acolhedor, facilitando uma maior participação e envolvimento no processo de aprendizagem.

A criação de espaços inclusivos no ensino superior não se resume à acessibilidade física. Envolve a promoção de uma cultura de aceitação, empatia e apoio no seio da comunidade universitária. Através da implementação de estratégias concretas, como programas de tutoria entre pares, materiais de estudo acessíveis e salas de aula amigas dos sentidos, as universidades podem diversificar as relações nos espaços culturais, melhorando assim a experiência universitária global dos estudantes com DI.

Espaços residenciais

Promover a convivência universitária inclusiva

No ensino superior, nunca é demais sublinhar a importância dos espaços residenciais nos campus universitários. É nestes espaços que a experiência universitária toma forma, e é de importância vital que sejam cuidadosamente concebidos para serem inclusivos, assegurando que cada estudante tenha um profundo sentido de acolhimento e valor. A inclusão em espaços residenciais vai para além da mera acessibilidade física; envolve uma abordagem holística para criar um verdadeiro sentimento de pertença para as pessoas com deficiência. Uma medida prática que as universidades podem adotar para promover a inclusão nas áreas residenciais é a implementação de "espaços amigos da deficiência". Esta iniciativa foi concebida para proporcionar um ambiente de vida confortável e adaptado aos estudantes com várias deficiências, tais como problemas de mobilidade, sensibilidades sensoriais ou doenças crónicas.

A criação de contextos residenciais inclusivos exige a sensibilização dos residentes para a importância do respeito pela diversidade. Isto pode ser conseguido através de vários meios, tais como programas de orientação, workshops e campanhas dedicadas a promover a inclusão e a desencorajar a discriminação. Estes esforços educativos não só sensibilizam os estudantes para as diversas necessidades dos seus pares, como também criam um ambiente em que florescem o respeito e a compreensão mútuos. A conceção deliberada de espaços residenciais, associada a esforços educativos, permite às universidades enviar uma mensagem forte ao seu corpo estudantil: estão fortemente empenhadas na inclusão e as suas áreas residenciais são santuários de segurança e calor para todos os estudantes.

Seguem-se algumas sugestões práticas para melhorar ainda mais a inclusão nos espaços residenciais universitários:

1. *Actividades de construção de comunidade:* A organização regular de actividades de construção de comunidade nos espaços residenciais é uma forma eficaz de promover a interação entre todos os residentes, incluindo os que têm deficiências ou perturbações do desenvolvimento (IDD). Eventos como aulas de culinária, noites de cinema ou projectos de jardinagem partilhados podem servir de catalisadores para forjar um sentido de comunidade (Blake et al., 2022).
2. *Correspondência inclusiva de colegas de quarto:* É vital implementar um sistema de correspondência de colegas de quarto que tenha em conta as preferências e necessidades dos estudantes com deficiência intelectual. Esta abordagem garante que são colocados com colegas de quarto compatíveis que podem fornecer apoio e companheirismo, contribuindo ainda mais para a sua experiência universitária global (Payne, 2017; Duma, 2019).
3. *Auditorias de acessibilidade:* As auditorias regulares de acessibilidade dos espaços residenciais são essenciais para identificar e resolver quaisquer barreiras ou desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência intelectual. Estas auditorias devem resultar nas modificações necessárias, tais como a instalação de corrimões, o rebaixamento de prateleiras ou a adição de ajudas visuais para melhorar a acessibilidade, tornando assim os espaços residenciais mais acolhedores e funcionais para todos (Cavanagh, 2008, Centre for Accessibility Australia, 2022).

A inclusão em espaços residenciais nos campus universitários não é apenas uma questão de acessibilidade física, mas uma abordagem holística que abraça a riqueza da diversidade. As universidades que dão prioridade à inclusão nas suas áreas residenciais não são apenas faróis de igualdade, mas também instituições que promovem o crescimento e o desenvolvimento de todos os seus estudantes, independentemente das suas capacidades ou diferenças.

Espaços de lazer

Promover relações igualitárias

Os espaços recreativos nas universidades funcionam como centros onde os estudantes formam amizades, se envolvem em actividades lúdicas e escapam aos rigores da vida académica. No contexto do ensino superior inclusivo, é imperativo examinar estes espaços para identificar e retificar quaisquer desigualdades de género que possam inadvertidamente persistir, bem como para confrontar e corrigir comportamentos que perpetuam essas desigualdades. Uma perspetiva de género, tecida no tecido de uma universidade inclusiva, é uma componente fundamental da promoção de uma coexistência equitativa e inclusiva. Esta perspetiva requer uma análise aprofundada da forma como os estereótipos e preconceitos de género podem influenciar as experiências dos estudantes nos espaços recreativos. Nos espaços recreativos, as universidades devem abordar de forma proactiva os casos de discriminação ou assédio com base no género. Esta atitude proactiva pode ser conseguida através do estabelecimento de mecanismos claros de denúncia e da prestação de fortes serviços de apoio às vítimas. Desta forma, as universidades não só garantem a segurança física dos seus estudantes, como também contribuem para uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Eis alguns exemplos concretos da aplicação dos princípios das relações igualitárias nos espaços de lazer:

1. **Jogos e entretenimento acessíveis:** Os campus inclusivos devem esforçar-se por proporcionar jogos e entretenimento acessíveis nos seus espaços recreativos. Isto inclui assegurar que os jogos de vídeo, os jogos de tabuleiro e as instalações de entretenimento sejam concebidos para acomodar uma vasta gama de capacidades. Isto permite que todos os estudantes, incluindo os que têm deficiências ou incapacidades, participem em igualdade de circunstâncias. Esta abordagem não só promove a inclusão, como também proporciona oportunidades valiosas de interação social e de criação de laços entre os estudantes (Haleem, 2022).
2. **Iniciativas anti-bullying:** As universidades devem assumir a liderança no lançamento de campanhas anti-bullying em espaços recreativos. Estas campanhas devem ser concebidas para abordar qualquer forma de discriminação ou bullying que possa ocorrer. Devem também promover a formação em intervenção do espetador para capacitar os estudantes a agir contra a discriminação quando a testemunham (Polanin et al., 2019). Criar uma cultura em que a discriminação não seja tolerada é fundamental para promover um sentimento de pertença para todos os alunos.
3. **Inclusão da superdiversidade:** Nos espaços de lazer, é essencial reconhecer e abordar a interseccionalidade das identidades, incluindo as relacionadas com a raça, a etnia, a deficiência e o género. Os esforços de inclusão devem ser inclusivos e considerar as experiências e os desafios únicos enfrentados por pessoas com múltiplas identidades

marginalizadas. Ao reconhecer e abordar ativamente estas complexidades, as universidades podem criar espaços onde todos os estudantes se sintam vistos, ouvidos e valorizados (Altiok et al., 2021).

Os espaços recreativos nas universidades desempenham um papel crucial na formação das experiências dos estudantes e influenciam a convivência geral no seio da comunidade acadêmica. Além disso, as universidades devem implementar políticas e iniciativas destinadas a promover a igualdade de gênero e a combater a discriminação ou o assédio. Ao tomar estas medidas e adotar os exemplos apresentados, as universidades podem promover relações igualitárias nos espaços culturais, criando ambientes onde a diversidade prospera e todos os estudantes têm a oportunidade de se destacar.

Espaços alimentares

Os espaços de alimentação, em particular as cantinas, desempenham um papel fundamental na promoção de um sentimento de comunidade e de pertença dentro de uma universidade. Para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo, as universidades devem dar prioridade à equidade e à justiça numa perspetiva de direitos humanos. Este capítulo explora a democratização dos espaços de refeição no ensino superior, centrando-se nas políticas, práticas e iniciativas que promovem a inclusão e a participação de todos os estudantes, incluindo os portadores de deficiência. As universidades podem dar passos significativos no sentido da inclusão através da implementação de políticas e práticas que garantam um acesso equitativo às cantinas por parte dos estudantes com deficiência. Por exemplo, devem ter em conta as restrições dietéticas e as alergias alimentares, e disponibilizar refeitórios acessíveis a pessoas com todos os tipos de deficiência. Ao disponibilizarem estas instalações básicas, as universidades demonstram claramente o seu empenhamento na inclusão e na igualdade de oportunidades para todos.

Um aspeto essencial da democratização dos espaços de restauração é o desenvolvimento de menus inclusivos que atendam a diversas preferências alimentares e origens culturais. Estes menus vão para além das opções normais para acomodar diferentes escolhas alimentares, como vegetariana, vegan, halal, kosher ou sem glúten. Desta forma, as universidades abraçam a riqueza do seu corpo estudantil e garantem que todos podem desfrutar de uma refeição satisfatória, sentindo-se respeitados e valorizados. Finalmente, para democratizar verdadeiramente os espaços alimentares, as universidades devem envolver os estudantes nos debates sobre o acesso aos alimentos e a sustentabilidade. Incorporar uma perspetiva de direitos humanos nas decisões relacionadas com a alimentação demonstra um compromisso com os valores democráticos e promove um sentido de propriedade entre todos os estudantes. Ao criar espaços de diálogo, as universidades podem dar aos estudantes a possibilidade de exprimir as suas preocupações e preferências e garantir que as suas necessidades são satisfeitas.

Exemplos de democratização dos espaços alimentares:

1. Planeamento de ementas orientado pelos alunos: Uma abordagem eficaz para democratizar os espaços alimentares consiste em envolver os estudantes no processo de planeamento das ementas, sob a supervisão de um profissional. As universidades podem criar comités de estudantes para dar feedback sobre as escolhas alimentares. Esta abordagem colaborativa promove a tomada de decisões democrática e garante que

as diversas preferências alimentares são tidas em conta (Bazyk, 2018).

2. Iniciativas de redução dos resíduos alimentares: Outro aspeto importante dos ambientes de restauração inclusivos é a implementação de programas de redução do desperdício alimentar nas salas de jantar. Iniciativas como as plataformas de partilha de alimentos ou os esforços de compostagem não só reduzem o impacto ambiental, como também envolvem os estudantes nos esforços de sustentabilidade. Estes programas educam os estudantes sobre o impacto ambiental das suas escolhas alimentares e incentivam o consumo responsável (Derqui et al., 2020, Yoon et al., 2023).
3. Aplicações acessíveis para cantinas: Na era digital, as universidades podem democratizar ainda mais os espaços alimentares, desenvolvendo aplicações móveis ou plataformas em linha que forneçam informações completas sobre os menus das cantinas, listas de ingredientes, informações sobre alergénios e dados nutricionais. É importante que estas aplicações sejam acessíveis a estudantes com deficiência, incluindo os que utilizam leitores de ecrã ou têm problemas de mobilidade. Estas aplicações permitem aos estudantes fazer escolhas alimentares informadas e aumentar a sua participação na tomada de decisões relacionadas com a alimentação.

A democratização dos espaços alimentares no ensino superior é fundamental para criar ambientes inclusivos e acolhedores para todos os estudantes, incluindo os portadores de deficiência. As universidades podem alcançar este objetivo dando prioridade à equidade, proporcionando alojamento, criando ementas inclusivas, envolvendo os estudantes em debates significativos e implementando iniciativas inovadoras. Desta forma, as instituições de ensino superior defendem os princípios dos direitos humanos e promovem um sentimento de pertença e de comunidade entre os seus diversos grupos de estudantes.

Espaços de representação e participação dos estudantes

Ao promover um ambiente de ensino superior inclusivo para os estudantes com deficiências intelectuais e de desenvolvimento (IDD), é imperativo concentrarmo-nos na criação de espaços para a sua representação e participação na comunidade universitária. Esta secção explora os elementos essenciais e as estratégias necessárias para garantir que os estudantes com DDI tenham oportunidades reais de expressar as suas perspectivas e participar ativamente nos processos de tomada de decisão.

Canais de participação

Para facilitar uma participação significativa, os espaços de representação e os canais de participação devem ir além dos gestos simbólicos. O objetivo é envolver ativamente os estudantes com deficiência intelectual nos debates e decisões que afectam diretamente a sua experiência universitária. Para o conseguir, podem ser utilizadas várias estratégias fundamentais:

1. Governo estudantil inclusivo: As universidades devem tomar medidas proactivas para garantir que os órgãos de governo estudantil sejam verdadeiramente inclusivos. Isto pode incluir a disponibilização de acomodações como intérpretes de língua gestual durante as reuniões ou a criação de plataformas de votação online acessíveis (Moriña, 2018).

2. Oportunidades de participação virtual: Reconhecendo as diversas necessidades dos estudantes, as universidades devem oferecer opções de participação virtual. Estas podem incluir reuniões transmitidas em direto ou oportunidades de feedback assíncrono para permitir que os estudantes com DDI participem mais plenamente nas actividades do campus (Bricout et al., 2021).
3. Tomada de decisões em colaboração: As universidades devem promover ativamente processos de tomada de decisão colaborativos que envolvam os estudantes com deficiência intelectual nas discussões sobre políticas, eventos e iniciativas do campus. É importante garantir que o seu contributo não seja apenas solicitado, mas também ativamente considerado e valorizado na tomada de decisões (Hsiao et al., 2018, Werner, 2012).

As universidades devem proporcionar apoio e recursos para que os estudantes com deficiência intelectual participem em actividades extracurriculares, clubes e organizações de estudantes. Estas oportunidades não só enriquecem a sua experiência universitária, como também contribuem para o seu sentimento de pertença e de capacitação.

Criar espaços inclusivos

Para além dos canais de participação ativa, é fundamental a criação de espaços físicos e virtuais inclusivos dentro da universidade. Estes espaços devem ser concebidos para se adaptarem a diferentes capacidades e necessidades, garantindo que os estudantes com deficiência intelectual possam participar plenamente na comunidade universitária. As principais considerações incluem

1. Instalações acessíveis: As universidades devem investir em instalações acessíveis, tais como rampas, elevadores e casas de banho. Estas modificações garantem que os estudantes com problemas de mobilidade possam deslocar-se facilmente no campus.
2. Recursos de aprendizagem acessíveis: O material didático, as plataformas em linha e os recursos académicos devem ser acessíveis através de formatos como o Braille, a descrição áudio ou a compatibilidade com o leitor de ecrã.
3. Espaços amigos dos sentidos: A conceção de espaços amigos dos sentidos pode criar um ambiente mais inclusivo. Estes espaços devem ter em conta factores como a iluminação, os níveis de ruído e a disposição dos assentos, de modo a acomodar pessoas com sensibilidades sensoriais.

A promoção de uma experiência universitária inclusiva para os estudantes com deficiência intelectual é um esforço multifacetado. Envolve a criação de espaços de representação e participação, a eliminação de barreiras às interações culturais, a garantia de acessibilidade em espaços físicos e virtuais e a abordagem das desigualdades em vários aspectos da vida universitária. Ao aplicar estas dimensões e indicadores, as universidades podem tornar-se instituições inclusivas que capacitam todos os estudantes, independentemente das suas capacidades ou antecedentes. Ao fazê-lo, as universidades não só cumprem as suas obrigações legais e éticas, como também contribuem para uma sociedade mais diversificada, justa e inclusiva.

Recursos em linha

<https://wonkhe.com/blogs/the-four-foundations-of-belonging-at-university/>

As quatro bases da pertença à universidade. Uma nova investigação de Wonkhe e Pearson revela quatro fundamentos da pertença dos estudantes

<https://www.washington.edu/doi/programs/center-universal-design-education/postsecondary/universal-design-physical-spaces>

Este sítio Web centra-se na forma como podemos aplicar o desenho universal (DUD) para criar espaços acessíveis, utilizáveis e inclusivos.

<https://www.nchpad.org/1329/6137/Accessible~Nutrição~Aplicações>

Uma lista de aplicações de nutrição acessíveis e saudáveis para explorar

Documentos descarregáveis

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169534721002457>

Um artigo que explora a promoção da equidade e da inclusão através de iniciativas lideradas por estudantes.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666412722000137>

Uma análise do papel das tecnologias digitais na educação

<https://brill.com/view/journals/jdse/aop/article-10.1163-25888803-bja10021/article-10.1163-25888803-bja10021.xml?ebody=full%20html-copy1>

Deficiências no Ensino Superior: Beyond "Accommodation" é um documento que apresenta um diagnóstico das barreiras atitudinais e propõe uma correção sob a forma daquilo a que os estudiosos da deficiência chamam o "modelo social" da deficiência.

Referências bibliográficas

American with Disabilities Act, (1990) <https://www.ada.gov/> acessido em 30th de outubro de 2023.

Bricout, J., Baker, P. M., Moon, N. W., & Sharma, B. (2021). Explorando o futuro inteligente da participação: Comunidade, Inclusão e Pessoas com Deficiência. *International Journal of E-Planning Research (IJEPR)*, 10(2), 94-108. <http://doi.org/10.4018/IJEPR.20210401.oa8>

Hsiao, F., Zeiser, S., Nuss, D., & Hatschek, K. (2018). Desenvolvimento de acomodações académicas eficazes no ensino superior: Um processo colaborativo de tomada de decisão. *International Journal of Music Education*, 36(2), 244-258. <https://doi.org/10.1177/0255761417729545>

Moriña A. (2018) Educação inclusiva no ensino superior: desafios e oportunidades. Em Mary Ruth Coleman, Michael Shevlin (ed.) *Post-secondary educational opportunities for students with special educational needs*. London: Routledge.

Werner S. (2012). Indivíduos com deficiência intelectual: uma revisão da literatura sobre a tomada de decisões desde a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). *Public Health Reviews*. 34

